



INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

*“Anos de chumbo & anos de ouro:
Erros e Acertos do Governo durante o regime
cívico-militar”*

Palestra proferida no IGHMB em 22 de maio de 2018.

Mary Del Priore (*)

É consenso entre historiadores que os raciocínios simplificados que separam quem estava do lado da resistência dos que estavam do lado da repressão, durante o regime militar que presidiu o país de 1964 a 1985, não se sustentam. Do livro bem-humorado de Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?* à descrição das atrocidades repertoriadas no *Brasil: nunca mais*, inúmeras publicações, no passado, alimentaram o debate, fazendo crer que houve resistência da sociedade. Essa dimensão, porém, oculta outra igualmente importante. A de que embora os militares tenham sido protagonistas da ditadura, ela não foi obra exclusivamente sua. É um equívoco histórico, torná-los bodes expiatórios e dizer que eles foram únicos responsáveis pelos “anos de chumbo”.

Poder-se-ia falar, sim, em relações complexas com a situação em que se vivia. Se houve tendência a aceitar a versão de que a sociedade brasileira apenas suportara a ditadura, como alguém que tolera condições ruins tornadas de algum modo inevitáveis, hoje, inúmeras pesquisas sobre o muro de silêncio que pairava sobre milhares de civis que sustentaram o golpe, começam a ser reveladas. Impossível não ver as multidões que apoiaram a revolução que se instaurou em nome da democracia e contra a corrupção que a vassoura de Jânio Quadros não conseguiu limpar. Ou, não ver que as “esquerdas revolucionárias” não eram, de modo algum, apaixonadas pela democracia, francamente desprezada em seus textos. Tinham, pelo contrário, um projeto de assalto ao poder, embora hoje, numa “reconstrução histórica” se queiram como parte da “resistência democrática”!

“Para mim houve uma REVOLUÇÃO. Os brasileiros estavam pedindo mudanças. Também chamaria Revolução Civil-Militar”, definiu a dona de casa Cleusa Arantes. E ela completa: “O apoio ao golpe militar em Minas foi quase total pelas classes mais pobres, estudantes e professores e os grandes políticos da época. [...] No interior de Minas também a maioria apoiava o golpe militar”. As palavras da dona de casa refletem a tese da presença de uma frente social e política ampla, reunida para depor Goulart. Para essa gente, não houve “golpe”, mas, “revolução”. Luis Inácio Lula da Silva, então com 18 anos e empregado da Metalúrgica Independência, em São Paulo também achou que “o golpe era uma coisa boa”, pois “trabalhava com várias pessoas de idade. E para elas o Exército era uma instituição de muita credibilidade. Eu via os velhinhos comentarem: “Agora vão consertar o Brasil, agora vão acabar com o comunismo. Essa era minha visão na época”, contou ao historiador Ronaldo Costa Couto. O cineasta Sívio Tandler, nunca esqueceu: “carros buzinando e as pessoas comemorando como se fosse a Copa do Mundo. Eles celebravam a partida de Jango para Brasília”.

Um processo radical na condução da economia tal como proposto nas Reformas de Base, afetaria os privilégios recém-conquistados da classe média, numa sociedade já muito desigual, onde a lembrança da pobreza era fresca. Por que deixar para trás as conquistas econômicas ou distribuí-las com quem não se conhecia? A reforma urbana, por exemplo, implicaria na desapropriação de imóveis, assustando os que viam em sua aquisição, uma alternativa de renda no futuro. Mas se a preparação do golpe teve a participação de banqueiros, empresários, industriais, latifundiários, comerciantes, políticos magistrados e classe média, em março de 64, sobressaíram-se os militares.

Apesar de diferenças na orientação política ou das queixas quanto à situação econômica, historiadores vêem três razões consensuais para sua participação e liderança: o caos administrativo e a desordem política; o perigo comunista; os ataques à hierarquia militar. Em sua maioria, os militares não tiveram liderança destacada nos preparativos. Mas, foram essenciais na implementação e manutenção do regime. O que historiadores conceituam como “golpe civil e militar” foi empreendido sob a bandeira defensiva. Não para construir um novo regime, mas para salvar a democracia, a família, o direito, a lei, a constituição, enfim, os fundamentos do que se considerava uma civilização ocidental e cristã. Somava-se a isso, a idéia do combate à corrupção, crescente desde o governo JK. A classe média que votara em Jânio, para eliminá-la, depois, se decepcionou, e recebeu os militares, portadores da ordem, de braços abertos.

A facilidade em derrubar Jango pode passar a idéia de militares como grupo coeso e disciplinado. Na verdade, foi o oposto. Quando as tropas do general Olympio Mourão partiram de Juiz de Fora, em direção ao Rio, os próprios conspiradores foram pegos de surpresa. As forças armadas estavam divididas. Por um lado, Jango contava com oficiais fiéis, soldados e suboficiais esquerdistas que vinham ameaçando a hierarquia militar. Do outro lado, no campo conservador, a elite saída da Escola Superior de Guerra juntava-se ao IPES para conspirar contra Jango. Já os oficiais de média e baixa patentes se preocupavam em lutar contra o comunismo. Eram considerados como “a linha dura”. O plano dos generais Castelo Branco, Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel era coordenar uma rede de militares golpistas. Tropas de MG e SP marchariam para o Rio e lá tomariam o ministério da guerra. Só que o núcleo mineiro se exaltou antes da hora. O General Mourão não quis ficar fora da história e, com o apoio do governador Magalhães Pinto, marchou para o Rio no dia 31 de março, mais de uma semana, antes do combinado.

A falta de reação do governo de Jango e dos grupos que lhe davam apoio foi notável. Não se conseguiu, por exemplo, articular uma reação dos militares legalistas. Também fracassou uma greve geral proposta pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em apoio ao governo. Em busca de segurança, Goulart viajou no dia 1. de abril, do Rio de Janeiro, onde se encontrava, para Brasília e em seguida para Porto Alegre, onde Leonel Brizola tentava organizar a resistência. Apesar da insistência de Brizola, Jango desistiu de um confronto militar e seguiu para o exílio no Uruguai, de onde só retornaria ao Brasil para ser sepultado, em 1976. Antes mesmo de Jango deixar o país, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, já havia declarado vaga a presidência da República. O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente a presidência, conforme previsto na Constituição de 1946 e como já ocorrera em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. O poder real, no entanto, encontrava-se em mãos militares.

Na desordem que se seguiu a derrocada de Jango, houve uma disputa surda entre lideranças que compunham a complexa frente social e política. No dia 2 de abril, o general Costa e Silva enviou uma notificação a todos os comandos militares informando-os que, em virtude de ser o membro do Alto Comando mais antigo, assumiria o comando do Exército. Desse modo, Costa e Silva autoneomeava-se Comandante-em-Chefe do Exército, cargo habitualmente exercido pelo Presidente da República. Ele, também, organizou, no dia 2, o "Comando Supremo da Revolução", composto por três membros: o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), o vice-almirante Augusto Rademaker (Marinha) e ele próprio como representante do Exército e homem-forte do triunvirato.

A falta de resistência ao golpe não deve ser vista como resultado da derrota diante de uma bem-articulada conspiração militar. Foi clara a falta de organização e coordenação. Mais do que uma conspiração única, centralizada e estruturada, a imagem mais fidedigna é a de "ilhas de conspiração", com grupos unidos ideologicamente pela rejeição da política pré-1964, mas com baixo grau de articulação entre si. Não havia um projeto de governo bem definido, além da necessidade de se fazer uma "limpeza" nas instituições e recuperar a economia. O que diferenciava os militares era a avaliação da profundidade necessária à intervenção. Os que apoiaram a "revolução" justificaram seus atos afirmando que seu objetivo era restaurar a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas, destruindo o "perigo comunista" que pesava sobre o Brasil. Eles também acreditavam que o regime democrático instituído no Brasil, após 1945, não fora suficiente para se contrapor a esse "inimigo".

Ordem, paz, anticomunismo e cristianismo eram palavras de ordem. Em nome delas, nos primeiros dias após o golpe, uma violenta repressão atingiu os setores politicamente mais mobilizados à esquerda no espectro político, como a União Nacional dos Estudantes, a Confederação Geral dos Trabalhadores, as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP) - conta o historiador Celso Castro. Milhares de pessoas foram presas de modo irregular, e casos de tortura foram comuns, especialmente no Nordeste. O líder comunista Gregório Bezerra, por exemplo, foi amarrado e violentamente arrastado pelas ruas de Recife.

Os militares, no entanto, sempre enfatizaram, e com razão, o fato de que "não estavam sós". Isto é, que a "revolução" de 1964 não foi de sua exclusiva iniciativa, e sim resultado da confluência e do apoio de importantes segmentos da sociedade civil, preocupados com a possibilidade de que a esquerda conquistasse o poder no Brasil. Ficou evidente, então, uma característica que permaneceria durante todo o regime militar: a busca de preservar a unidade por parte dos militares no poder, apesar da existência de conflitos internos nem sempre bem resolvidos. O medo de uma "volta ao passado", ou de uma ruptura no interior das Forças Armadas, sedimentou os 21 anos em que a instituição militar permaneceu no controle do poder político. Mesmo desunidos internamente em muitos momentos, os militares demonstrariam um considerável grau de união sempre que vislumbrassem alguma ameaça "externa" à "Revolução". Nas palavras do General Carlos Alberto da Fontoura: "*O objetivo da revolução não era durar vinte anos. Quando começou a luta armada, a revolta armada contra a Revolução, a coisa mudou de figura. Foi isso que nos fez mudar*".

Mas ouçamos a classe média: "*Eu não participei de quase nada, em pessoa, igual a 99% dos cariocas. O que vi naqueles primeiros dias de abril de 1964, se é que vi alguma coisa, não entendi. Eu tinha noção de que tramavam algo, porém isso faz parte da política. Sempre tramam*", ponderou o fiscal de alfândega carioca Emilio Guilayn. Ou, em Itabuna, interior da Bahia, o relato da então menina, Lizir Arcanjo: "*Em março de 1964, eu tinha onze anos. Morava numa chácara longe do centro da cidade. As notícias chegavam pelo rádio de pilha que papai ouvia, mas não comentava. [...] certo dia, entrou a diretora na sala e disse que ia passar um dever de casa. Teríamos que escrever sobre a revolução de 1964. Como não sabia de nada nem meu pai soube me ajudar, respondi que não havia encontrado o assunto nos livros que tinha. Muito mais tarde viria a refletir que se tratava, na verdade, de uma investigação sobre o que se comentava nos lares*".

Frente ao risco de "cubanização", a "revolução" foi saudada por importantes setores da sociedade brasileira. Vários governadores de estados como Carlos Lacerda, da Guanabara, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Ademar de Barros, de São Paulo e amplos setores de classe média pediram e estimularam a intervenção militar, como modo de pôr fim à ameaça de esquerdização do governo e de se controlar a crise econômica. O golpe civil militar também foi recebido com alívio pelo governo norte-americano, satisfeito de ver que o Brasil não seguia o mesmo caminho de Cuba. Os Estados Unidos acompanharam de perto a conspiração e o desenrolar dos acontecimentos, principalmente através de seu embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, e do adido militar, Vernon Walters, e haviam decidido através da secreta "Operação

Brother Sam", dar apoio logístico aos militares, caso estes enfrentassem uma longa resistência por parte de forças leais a Jango.

O ciclo de presidentes militares teve início. No dia 21 de outubro de 1965 foi promulgado o AI-2, determinando eleições indiretas para presidente e dissolvendo todos os partidos existentes, desde 1945. Renasceram tempos de conservadorismos, quando o país estremunhava para se livrar deles. A capa de O Cruzeiro com o General Castelo Branco e sua esposa, mais parecia um medalhão pintado no século XIX: o homem sentado, a mulher de pé. Sem sorrisos. Olhar fixo para a câmara. Uma imagem de severidade para o futuro. A do patriarca que zela, protege e por vezes, asfixia. Esse olhar parecia pairar sobre a sociedade.

Os atos institucionais endurecendo o regime foram sancionados antes da radicalização da esquerda, relativizando as palavras do general Fontoura, mas, atestando o medo que se tinha da cubanização. O governo nascido em 1964 foi definido certa vez, por um famoso político, como o "Estado Novo da UDN". Definição que teria razão de ser. Pois durante duas décadas, políticos udenistas, representantes de parcelas importantes das elites empresariais e agrárias dificilmente obtinham mais de 30% de apoio dos eleitores. Por meio do regime, eles puderam programar várias de suas propostas em matéria de política econômica, como a diminuição do valor real dos salários e a abertura da economia aos investimentos estrangeiros. Importante: a aliança entre udenistas e militares assegurou o impedimento de um modelo fascista, uma vez que os primeiros eram formalmente democratas liberais e, cabe lembrar, admiradores da sociedade norte-americana.

O novo governo queria um alinhamento estratégico com os EUA, para integrar o Brasil no chamado mundo ocidental sob a batuta do Tio Sam. O liberalismo adotado pretendia uma redução drástica do Estado e uma abertura igualmente radical ao capital internacional, arrasando as limitações desejadas pelo governo Goulart. Adotou-se o Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg) afinado com as diretrizes do Fundo Monetário Internacional para debelar a crise econômica. A inflação, beirando os 80% e o baixo crescimento de 1,6% registrados em 1963 pediam medidas monetaristas ortodoxas: corte de gastos públicos, contenção de crédito, arrocho de salários. Em suma, saneamento financeiro. Havia um projeto ambicioso de constituir um mercado de capitais, incentivar as exportações e atrair investimentos de capitais privados. As empresas estrangeiras, concessionárias de serviços públicos, tiveram seus ativos negociados. Ofereceram-se, ainda, amplas garantias ao capital de risco, uma nova lei de remessa de lucros e reescalonamento das dívidas com os bancos privados e as instituições internacionais, afastando o fantasma da moratória. Ainda, a aliança com os EUA traduziu-se num congelamento das relações com o mundo socialista, hostilidade à revolução cubana e envio de um contingente de homens para a invasão da República Dominicana, como parte da força militar interamericana.

Os problemas, porém, começaram a surgir. Os investimentos de capitais internacionais não apareceram e a política econômica não apresentou resultados positivos. A inflação baixou, mas não foi domada: 86%, em 1964; 45% em 1965; 40%, em 1966. O crédito escasso enfraquecia o comércio e a indústria. O arrocho salarial oprimia os assalariados que não obtinham reajustes compatíveis com a inflação. O governo ia mal das pernas e a sociedade, controlada pelas forças da repressão, mostrava-se insatisfeita. Não se abandonou a tradição intervencionista do Estado nem o ideário de planejamentos. Foi criado o Banco Nacional da Habitação e um super-Banco-Central destinado a supervisionar a circulação do dinheiro. Para além da economia fraca, o descontentamento popular resultava das cassações e dos IPMs e censura truculentos. Nas grandes capitais, em reunião, passeata ou manifestação ouvia-se "Abaixo a ditadura!".

Políticos que apoiaram a revolução como Lacerda e Magalhães Pinto começaram a se preocupar com as eleições. Era preciso mudar o jogo. Pediu-se a substituição do ministro Roberto Campos, do Planejamento e Octavio Gouveia de Bulhões, da Fazenda. Trabalhadores urbanos e rurais permaneciam em silêncio. A maioria parecia acomodada ou lutando pela sobrevivência em condições difíceis. Entre os intelectuais de esquerda predominava a idéia de que o governo dos "gorilas" teria um limite e que se caminhava para uma "teoria do impasse",

ou seja, as massas populares desiludidas passariam a posições radicais e revolucionárias capazes de “transformar os Andes numa Sierra Maestra”.

A extinção dos partidos, em 1965, ensejara a criação de duas novas agremiações: a Arena ou Aliança Renovadora Nacional e o MDB, Movimento Democrático Brasileiro. O primeiro se estruturou nacionalmente, ramificando-se nos estados e municípios, dando cobertura ao regime em diferentes níveis. O segundo abrigava os grupos que lutavam pela normalidade democrática, embora sem nenhum programa radical. Em fevereiro de 1966 nascia o AI-3, definindo eleições indiretas para governadores, eleitos por um colégio de deputados estaduais. Prefeitos das capitais estaduais, por sua vez, seriam indicados pelos governadores e aprovados pelas respectivas Assembléias Legislativas.

As novas eleições presidenciais foram fixadas para outubro de 1966, quando eleito o general Arthur da Costa e Silva, representante do grupo “linha dura”. As eleições para o Congresso tiveram lugar em novembro e dezembro, e seus membros convocados para a realização de uma nova Constituição para o país, aprovada e promulgada no dia 21 de janeiro. No dia 15 de março de 1967, Costa e Silva tomou posse e os Estados Unidos do Brasil passaram a ser chamados de República Federativa do Brasil. Em meados de julho, morreu o general Castelo Branco num desastre aéreo no Ceará.

O governo Costa e Silva prometeu diálogo, respeito aos valores democráticos e proclamou “A meta do meu governo é o homem”. Apostou no desenvolvimentismo dando um basta à impopularidade. O novo ministro da Fazenda, Delfim Neto, passou a enfatizar a queda nos juros e a ampliação do crédito e dos incentivos à exportação. Em 1967, o país reagia. Crescia 4,8%. No ano seguinte, dobrou: 9,3%. A atividade industrial batia 15,5% liderada pela construção civil, com 17% de crescimento. As condições internas e externas do país ajudavam, baseadas na demanda reprimida, ociosidade do parque industrial, finanças externas saneadas pelo governo anterior e um boom espetacular do mercado internacional, cujo comércio crescia a 18% ao ano. Se foram esses anos de chumbo, como lembrou Daniel Aarão Reis, foram também anos de ouro, pois a partir de 1968 retomou-se o crescimento econômico. Até 1973, o país apresentaria taxas elevadas de desenvolvimento industrial, superando mesmo os 10% ao ano. Ampliava-se o mercado de consumo de produtos industriais, sobretudo, de automóveis. A ditadura contava com a aprovação popular. Mas, contava, também, com a resistência da oposição.

Até então, tudo pareceu fluir sem asperidades: o governo tinha de levar leis para serem apreciadas no Congresso e as pessoas podiam responder a processos criminais em liberdade. Esperava-se que os militares promovessem eleições. Com humor, o jornalista Adirson de Barros chamava à atenção para um adjetivo que passou a freqüentar as conversas: “subversivo”. A palavra detonaria uma verdadeira caça às bruxas e se tornou sinônimo de quem estivesse contra o governo. Quantas interpretações para as mesmas letras: “Há os mais variados tipos de subversão e este país está repleto de subversivos. Lacerda quando exerce o direito democrático de espancar governos e sistemas de governo vira subversivo. Quando o fazendeiro Alarico Teixeira, fecha seus engenhos para não pagar o salário-mínimo rural aos seus trabalhadores é subversivo, pois está agravando a tensão social [...] assim concluímos que quase todos somos subversivos, uns perigosos, outros menos, ainda outros da esquerda, muitos da direita, uns amorosos, outros incompreendidos, tantos patriotas – mas subversivos”.

O humor negro do jornalista convivía, porém, com fatos: de janeiro a dezembro de 1967, guerrilheiros ou “subversivos” praticaram pelo menos vinte assaltos a banco e automóveis, execuções, ataques a quartéis e atentados a bomba que resultaram em nove mortes e causaram ferimentos em soldados, seguranças de banco, motoristas e gente que passava nas ruas. Sem contar as “barberagens”: a execução de um major alemão por engano e de um capitão americano, na frente da família. Importante: a opção pela luta armada, o desprezo pela luta política e pela participação no sistema político e a simpatia pelo foquismo guevarista antecederam o AI-5, quando de fato houve o fechamento do regime.

No dia 13 de dezembro de 1968, teve início aquela que é considerada pelos historiadores a fase mais dura da Ditadura Militar. O AI-5 dava ao presidente o poder de cassar mandatos, intervir em estados e municípios e suspender direitos políticos de qualquer pessoa. Além disso, a tortura foi liberada em resposta às várias manifestações de rua. Também foi suspenso o Habeas Corpus para crimes políticos e proibidos os protestos. Porém, o Jornal do Brasil conseguiu manter o bom humor na edição do dia seguinte. Na rubrica meteorologia anunciava: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por ventos violentos. Máxima: 38 graus em Brasília. Mínima: 5 graus em Laranjeiras”.

No início dos anos 70, embalado pela vitória da Arena, partido que apoiava o governo nas urnas, o general Emílio Garrastazu Médici, presidente empossado em 1969, lançou a campanha “Brasil, grande potência”. Com a abertura da rodovia Transamazônica, o país revivia a euforia da construção de Brasília. Lutava-se, nessa época, contra o elevado custo de vida. Jornais e revistas convidavam o consumidor a combater os preços altos, pelo boicote dos produtos. As donas de casa se queixavam: o dinheiro “não chegava”. Pechinchar, comprar produtos sazonais e não pagar preços exagerados era a recomendação do Instituto Superior de Cultura Feminina enquanto o governo perseguia comerciante e redes de varejo que tentassem dar “tacadas” nos preços.

O governo Médici instalou-se, porém, num vasto canteiro de obras. Criou-se, então, uma agência própria de propaganda para, apesar das geladeiras vazias, martelar slogans otimistas: “Ninguém mais segura este país”, “Brasil Potência emergente”, etc.. A conquista do tricampeonato mundial de futebol no México consagrou a celebração patriótica. O Maracanã ovacionava Médici que ouvia os jogos com rádio de pilha colado ao ouvido. Sua popularidade era altíssima embalada pela música sertaneja que enchia os ares. Mas apesar de alguns êxitos, como disse o próprio general Médici, e “embora a economia estivesse bem, o povo, ou pelo menos grande parte dele, ia mal”.

Entre os acertos do governo destacou-se o Programa de Integração Social, PIS e o Programa de Formação do Patrimônio do servidor Público (Pasep) para trabalhadores de empresas privadas e públicas. E o FUNRURAL, Programa de Assistência ao Trabalhador Rural que estabelecia salário mínimo e aposentadoria para homens e mulheres do campo. Embora pequena, a ajuda minorava a miséria extrema em que viviam muitas famílias. O Projeto Rondon levava estudantes universitários para efetuar serviços voluntários de assistência social, junto com o Exército. Multiplicaram-se sindicatos urbanos e, entre 1968 e 1978, eles cresceram em 65%. Nas áreas rurais, os sindicatos aumentaram em 200%: uma máquina burocrática envolvendo milhares de pessoas.

Outros programas não engrenaram: o de integração nacional, prevendo a construção da Transamazônica que levaria do Norte ao Nordeste ao Peru e ao Equador e a instalação de milhões de sem-terra em agro-vilas acabaria em fracasso. O mesmo aconteceu com o projeto de erradicar o analfabetismo. O Movimento Brasileiro de Alfabetização, MoBral, cuja meta era alfabetizar 8 milhões de adultos, entre 1971 e 1974, foi deixado de lado. Também infrutífero foi o Plano Nacional de Saúde. Mas como a gente simples viveu esse balanço? Valterian Mendonça revela que, apesar do fracasso, a estrada que rasgou a floresta impactou, graças aos trabalhadores migrantes, o cotidiano e o consumo de famílias, longe da Amazônia:

“Recordo que causou alvoroço na vila onde morávamos a decisão que meu pai tomou de ir trabalhar na construção da Transamazônica. Era uma obra gigantesca, alardeada pela propaganda do Governo, que interligaria o Nordeste do Brasil ao extremo Oeste da Região Norte desbravando as selvas. Havia muita expectativa e temor: falava-se em índios selvagens, animais ferozes, jacarés. Haveria grandes perigos, cogitava-se. Para lá seguiu meu pai retornando para Fortaleza, em férias, a cada seis meses. Ao retornar, trazia novidades: "causos" vivenciados ou que lhe haviam sido relatados e material da Zona Franca de Manaus (onde fazia compras, antes de pegar o avião para Fortaleza). Trazia rádios portáteis, toca-fitas, relógios, calculadoras e calças jeans (a famosa "calça Lee", americana, era um sucesso)”.

O fechamento político ocorreu paralelamente à prosperidade econômica. O capitalismo brasileiro “avançava com botas de sete léguas”, assinalou Aarão Reis. O PNB surpreendia: 9,5%

em 1970; 11,3% em 1971; 10,4% em 1972; 11,4% em 1973. A indústria automobilística, a de eletroeletrônicos, a construção civil bombavam com taxas de crescimento de até 20% ao ano. As exportações tiveram um aumento de 32% ao ano. Surgia ainda uma inovadora indústria petroquímica, enquanto se desenvolviam as telecomunicações, integrando o país. Expandiram-se rodovias e complexos hidrelétricos. Constituiu-se um sistema bancário equivalente ao que havia de mais sofisticado no mundo. No campo, o projeto reformista, fundado na redistribuição de terras e nas unidades familiares cedeu lugar a grandes unidades agrícolas mecanizadas, favorecendo o aparecimento de culturas como a soja e os cítricos. Na pauta das exportações, surpreendia o crescimento de manufaturados. Na tradição varguista, o Estado voltava a incentivar, regular, financiar e proteger, reforçando o papel das empresas estatais. Além da já musculosa Petrobrás, Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, também ganhavam forças Eletrobrás e a Siderbrás, holding de aço. Através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, (BNDE), do Banco do Brasil (BB) do BNH e da Caixa Econômica Federal arbitravam-se fusões e associações de empresas. Prosperou uma classe de funcionários que circulava entre empresas públicas e privadas, ganhava dinheiro e apoiava o governo. Também se multiplicaram as oportunidades para negros e mulatos que já as consolidavam há tempos, vistos doravante nas diretorias e gerências das estatais, nas universidades e na iniciativa privada. Era como reviver os anos JK em que uma aliança de interesses se formou entre empresas privadas e capitais públicos.

Quando, em 15 de março de 1974, Médici terminou o mandato, a avaliação da imprensa era positiva refletindo a mentalidade da classe média. Segundo o jornalista Joaquim José Freire Lagreca, de O Cruzeiro, em todas as áreas do governo se teriam adotado “medidas arrojadas”. No setor educacional cresceram em 33% as matrículas de primeiro grau, 63%, as de segundo e 1405% as de nível superior. Tal investimento na educação teriam sido superiores aos dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e França. A produção de aço aumentou 43% e a de alumínio 17%, a de cimento 85%, a de zinco 260%, e a indústria mecânica e elétrica 160%. No setor de habitação, um milhão de novas moradias teria saído do chão e a previsão, até 1980 era de cinco milhões. A renda per capita do brasileiro passou a 500 dólares, sendo que no Centro-Sul e Sul atingia mil dólares. Em 73, a expansão do crédito fora de 40%. O Banco Nacional de Desenvolvimento cresceu 40% e a balança comercial apresentou um superávit de 200 milhões. A inflação caíra de 84% em 1964 para 15,37% em 1973. A integração nacional se tornara uma realidade graças a ligações rodoviárias em todo o território. A Petrobrás se fez presente entre as cem maiores empresas do mundo e no setor de eletrificação teríamos atingido uma posição de quase liderança. Urubupungá era uma das maiores hidrelétricas do mundo e a Usina Atômica, de Angra dos Reis ergui-se em Itaorna – pedra podre em tupi. A televisão ganhara cores e o “Brasil teria chegado ao estágio de nação desenvolvida. E o movimento de 64, conhecido como fator preponderante e decisivo para o grande êxito” – entusiasmava-se Lagreca.

O jornalista não estava só em suas avaliações. O mesmo Valterian Mendonça viveu tais “Anos de Ouro” e os descreve:

“Nasci em 1959, numa pequena cidade do sertão do Ceará, chamada São Luís do Curú. Minha família se mudou para os arredores de Fortaleza em meados dos anos 1960, para um bairro bucólico, com ruas de terra, algumas vilas de operários e muitos sítios (chácaras).

Para mim, para minha família e para as pessoas do nosso convívio, a década de 1960 foi uma época de muita paz, progresso e prosperidade. Ao chegarmos para residir ali, a apenas oito kms da capital, não havia luz elétrica e minha mãe cozinhava em fogão a lenha. Em pouco tempo, meu pai comprou um fogão a gás e, logo depois, nossa rua passou a ter eletricidade. A seguir compramos um rádio [...] Fundou-se uma escola a cerca de mil metros de nossa casa [...] Íamos para a escola a pé e em pouco tempo eu e minha irmã já líamos melhor que nossos pais, que pouco haviam estudado.

Meu pai trabalhava como operário na construção de estradas de rodagem e as obras estavam “bombando”. Dentro de três anos meu pai conseguiu comprar uma casa própria [...] adquiriu geladeira, uma vitrola e, a seguir, uma televisão. Foi uma mudança enorme.

Assistimos ao Brasil ser tricampeão na Copa do Mundo de 1970. Por esta época, o número de aparelhos de tv e de geladeiras na redondeza já havia aumentado muito (talvez triplicado).

Mas, a partir daí, as conseqüências mundiais do aumento do custo do petróleo, associados às políticas de endividamento externo lançaram a economia brasileira em crise. Nessa época, antigos grupos vinculados à ala legalista das forças armadas recuperam o terreno perdido.

A eleição do general Ernesto Geisel foi considerada um marco dessa transição. O novo presidente defendeu, desde o primeiro dia de posse, uma “abertura política lenta, segura e gradual”. Para tanto, enfrentou os grupos da linha-dura, alterou os comandos militares e procurou lentamente subordinar ao Ministério da Justiça os aparelhos repressivos que haviam saído de controle. Em termos militares era uma operação delicada. Todo cuidado era pouco em cada etapa da distensão. Para executá-la, Geisel contava com seu chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva além do apoio de líderes civis como Paulo Egídio Martins, Aureliano Chaves e Sinval Guazelli e moderados de todo bordo. O projeto contava ainda com a simpatia dos aliados europeus e dos Estados Unidos, cujo governo, o do presidente Jimmy Carter, via mal as ditaduras sul-americanas. Porém, dentro do governo brasileiro, os aparelhos de repressão não aceitavam tais mudanças. Além de enfraquecidos por falta de inimigos, pois a “guerra” com os guerrilheiros tinha terminado, temiam que o estado de direito os extinguisse definitivamente. Por isso, opuseram-se, desde o início, à abertura proposta por Geisel.

Nesses “bolsões sinceros, mas radicais”, havia desde burocratas encarregados de serviços de inteligência, até facínoras, muitos deles extraídos do submundo do crime, protegidos pela impunidade e dedicados ao trabalho sujo da tortura. Apesar das tensões internas, que durariam até o início dos anos 80, tais grupos nunca se descolaram do comando, permitindo aos historiadores falar em tortura como “política de Estado”. O então ministro do exército, General Sylvio Frota, anticomunista ferrenho, dava cobertura aos excessos do DOI-CODI.

Na economia, outros problemas à vista. Em outubro de 1973, os países árabes produtores de petróleo resolveram elevar o preço do barril para pressionar as potências ocidentais a um recuo nas pretensões expansionistas de Israel. Foi o primeiro choque do petróleo. Entre outubro e dezembro, o barril pulou de US\$ 2,090 para US\$ 11,65. As conseqüências para o Brasil foram desastrosas.

Nessa conjuntura, os governantes preferiram a política de fuga para frente, lançando, em 1974, o II PND, com as empresas estatais apoiando os interesses nacionais. Na área da educação, o governo também deu seqüência às diretivas anteriores mantendo a ambiciosa política de estímulo aos programas de pós-graduação. Além disso, incentivou à cultura nacional com a formação da Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima (Embrafilme), a Fundação Nacional das Artes, (Funarte) e o Serviço Nacional de Teatro (SNT). A Rede Globo, beneficiária das políticas dos vários governos, trabalhava em faixa própria com as novelas e programas jornalísticos alimentando a mentalidade de que tudo ia bem. Firmou-se ali um pacto em favor da modernização dos costumes e dos valores éticos morais. Nessa atmosfera de mudanças, o Brasil surgia como potência emergente.

Mais. Na política externa também se buscou autonomia. Em agosto de 1974, Geisel restabeleceu relações diplomáticas com a China comunista. Aproximou-se da Comunidade Européia, firmando um acordo nuclear com a Alemanha Federal - o que desagradou os EUA - e visitou França e Inglaterra. Em 1975, reconheceu a independência de Angola, apesar das inclinações esquerdistas do Movimento de Libertação Popular de Angola. Inovou na Assembléia Geral das Organizações das Nações Unidas, condenando o sionismo como uma forma de racismo. Durante seu governo, assistiu-se a resultados controvertidos: o crescimento econômico seguiu firme, embora não em ritmo alucinante, mas, 8% em 1974, 10% em 1976 e 5% de 1975 a 1978. Porém, multiplicaram-se dificuldades: a balança comercial apresentou déficits. No quinqüênio, um buraco de 11 bilhões. A dívida externa que custeou a maior parte dos investimentos pulou de 20 bilhões para 52 bilhões, em 1978, convertendo o país num campeão de endividamento. Os juros pareciam incontroláveis. O aumento persistia no custo de vida e os salários mínimos continuavam muito baixos.

Desde 1972, os movimentos armados urbanos não existiam mais. A guerrilha, que sobreviveu apenas no Araguaia, foi destruída em 1974. Os vários tentáculos repressivos passaram a perseguir membros da Igreja e do PCB que não tinham participado da luta armada. Por intermédio da OAB, Ordem dos Advogados do Brasil, da ABI, Associação Brasileira de Imprensa e da CNBB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o combate contra os organismos repressivos ganhou apoio da sociedade civil. O que sobrou da esquerda revolucionária foram remanescentes dispersos pelo país ou no exílio de onde denunciavam a ditadura. Seus membros já tinham abandonado a perspectiva de luta armada, mas mantinham influência na mídia, nos meios acadêmicos e entre intelectuais. Entre os pólos opostos situavam-se os setores de oposição moderada.

O processo de abertura previsto por Geisel, não foi linear. Expressivos segmentos militares agrupados em torno de general Sylvio Frota faziam oposição ao presidente, contando inclusive com o apoio de parte expressiva da Arena. A eles, Geisel eventualmente cedeu, endurecendo o regime, principalmente após o desempenho do MDB nas eleições de 1974. Sim, pois, nas eleições para o Senado, em novembro deste ano, a Arena que era o esteio do governo perdeu para o MDB. Uma surpresa! O povo votava mais contra o governo do que a favor da oposição. Só que o ritmo da distensão proposto por Geisel não era o do MDB que incendiava, sobretudo, as grandes capitais com suas idéias. Houve recaída. Geisel, apesar de querer a abertura, não hesitou em cooptar a repressão: entre 1974 e 1975 mandou prender e desaparecer com três membros do PC do B, que atuava clandestinamente, no que ficou conhecido como o “massacre da Lapa”. Segundo inquérito interno do partido, eles foram traídos por um companheiro que aparentemente negociara com os órgãos de repressão.

Em outubro de 1975, o assassinato do jornalista Vladimir Herzog suscitou ondas de protesto. No ano seguinte, estudantes voltaram às ruas. Ao mesmo tempo, as tensões se agravavam entre o grupo de Geisel que almejava a restauração de um estado de direito, apesar das medidas de força, e o de Sylvio Frota. O segundo grupo sofreu revés definitivo quando foi assassinado o metalúrgico Manoel Fiel Filho, nas dependências do II Exército em São Paulo. Atentados contra a ABI ou a OAB, por exemplo, revelavam que sobrava pressão contra a abertura. Frota tentava costurar sua candidatura para a sucessão de Geisel.

Mas, esse não hesitou. Geisel não só queria garantir seu sucessor como queria também garantir um quadro institucional que resistisse a qualquer hipótese de caos, depois da abertura. Em 1976, a Lei Falcão, em alusão ao ministro da Justiça da época, proibiu programas televisivos, debates e palestras em torno de críticas ao regime. Como o MDB resistia às reformas propostas, Geisel promulgou, em 1977, o “pacote de abril”, sob a proteção do AI-5. “Um surto ditatorial para garantir a restauração democrática”, explicou Aarão Reis. A candidatura alternativa de Frota foi detonada enquanto Geisel anunciava formalmente sua sucessão na pessoa de João Baptista Figueiredo, ex-chefe do SNI e da Casa Militar. Geisel aposentou os Atos Institucionais e a Censura política assim como os aparelhos de repressão. A opinião pública, porém, derivava para a oposição num quadro econômico desanimador. Mesmo os segmentos conservadores criticavam o regime. A transição despontava em meio a indefinições.

Atos ditatoriais deram meios de a Arena manter a maioria no Congresso, apesar da derrota nas urnas. Nasceram os senadores “biônicos” e se oferecia uma representação maior aos conservadores estados do Norte e Nordeste. Graças a essa engenharia, Geisel se manteve no poder e garantiu a sucessão na figura do general João Baptista de Oliveira Figueiredo, empossado em 1979. Era o início do fim da ditadura. Como bem resumiu Daniel Aarão Reis, “Já não havia ditadura, mas ainda não existia uma democracia”.

Mas qual seria o projeto de democracia que se desenhava nas ruas? A resposta talvez esteja na voz de pessoas como o publicitário Marcelo Martins que bem revela a precoce distância entre a classe política e as elites nos grandes centros e a realidade ou prioridades nas periferias:

“Nasci em abril de 1973, tempo em que o “milagre econômico” brasileiro, já dava seus sinais de esgotamento. Minha família era de origem humilde, morávamos num bairro pobre do subúrbio carioca. Meu pai, técnico de Contabilidade, cedo saía para trabalhar e voltava apenas

à noite. Por épocas dobrava a jornada de trabalho para melhorar a situação. Minha mãe, do lar, como a maioria naquele tempo. Certamente minhas memórias são mais vivas a partir do período de redemocratização do país, lembro bem, embora não compreendesse ainda, o movimento pelas Diretas já. Assisti à nação inteira chorando a morte de um presidente, e as pessoas saindo às ruas munidas de muita vontade e força, como fiscais da esperança. Tempos difíceis. A democracia começava a engatinhar no Brasil, o país mudava mas, nos bastidores da política, esqueceram de mudar os personagens dessa engrenagem. [...] Dessa forma para nós, se vivíamos uma ditadura, se ocorreria uma cubanização no Brasil, pouco importava, não sabíamos o significado. Vislumbrávamos um futuro melhor e que só aconteceria independente de qualquer coisa, através do estudo. Meus pais, mesmo sem saberem, foram bem politizados e enfrentaram a ditadura da melhor forma possível, dando educação e ensino aos seus filhos”.

Anos de chumbo e anos de ouro se mesclam na compreensão que a classe média teve da política e da economia durante o governo militar. Nos anos de ouro, o crescimento do país permitiu grande mobilidade e a migração campo-cidade. O aumento do consumo e do lazer e as transformações na família e nos comportamentos, porém, foram impactados pelas crises econômicas do final dos anos 80. A inflação galopante revelou a demanda popular por uma direção mais enérgica e desse desejo nasceu a predileção por candidatos percebidos como “novos”. O novo que as pessoas também experimentavam no seu cotidiano – a tv, o carro, a geladeira e, depois, o celular - poderia se refletir em soluções para a política desorganizada: “Não funciona, troca”. Mas os critérios para escolher o novo, se baseavam em velha tradição: a do familismo amoral. “-Quem conheço, quem me dará algo em troca?”.

Some-se a isso o voto de analfabetos, recém implantado. O impacto da televisão e as campanhas eleitorais cada vez mais sofisticadas empurraram parcelas enormes da população, sem formação, a eleger, não uma idéia. Mas, uma imagem. Nas comunidades carentes, votos eram trocados por proteção de traficantes de drogas e milícias. A grande imprensa e a mídia não ficaram de fora. Escolheram seus candidatos e os apóiam, editando e deformando informações em favor do ungido de seus interesses. É bom acrescentar que, nos anos 85, quando interpelados, jovens diziam ter pouquíssimo interesse em política. Trinta anos depois, teriam mudado? Tudo indica que cultivaram alienação em relação aos bens públicos, aos valores republicanos e a tudo que interesse à democracia ou... Nosso horizonte político seria diferente. Há quem ache que essa apatia é traço de nossa cultura. Ou que as relações entre a esfera pública e sociedade civil estão tão esgarçadas, que a gente brasileira não se reconhece mais no Estado que ela mesma elege.

(*) Historiadora, pós-doutora e autora de mais de 50 livros de História do Brasil; lecionou na FFLCH/USP, na PUC/RJ e na Universidade Salgado de Oliveira. Com mais de vinte prêmios literários nacionais e internacionais, entre os quais três Jabutis, anima um programa na rádio CBN, “Rios de História”, colabora com jornais e revistas acadêmicos e não acadêmicos e é sócia titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, sócia correspondente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, sócia do P.E.N Club do Brasil, acadêmica correspondente da Academia Paraguaya de la Historia, da Academia Nacional de la Historia de Argentina, da Academia Colombiana de La Historia, da Real Academia de La Historia de Espanha, da Academia Portuguesa da História, do Instituto Historico e Geografico del Uruguay e membro do Conselho Consultivo da Confederação Nacional do Comércio, e sócia da Academia Carioca de Letras. Membro da Comissão Científica Internacional da Cátedra Infante Dom Henrique para Estudos Insulares Atlânticos e Globalização (CIDH) sediada na Universidade Aberta de Lisboa, membro do Conselho do Patrimônio Cultural da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, é também autora brasileira selecionada para o

catálogo da CBL - Books and Rights Catalogue 2018. Com publicações como *Uma Breve História do Brasil*, agora em tradução chinesa, ou *Histórias da gente Brasileira*, em quatro volumes, que versam assuntos gerais sobre quinhentos anos de nosso passado, especializou-se em temas de sociedade tais como: história da mulher, da família e da criança. História da sexualidade. História da família Imperial brasileira. História da intolerância, racismo e homofobia. História do consumo e das transformações da intimidade.